

ESCRAVIDÃO NO BRASIL: Um Balanço Historiográfico

Silvia H. Lara

A história da escravidão, como a de qualquer tema histórico, tem sido atravessada por inúmeros debates - o que não constitui nenhuma novidade. No início dos anos 60, a produção da assim chamada Escola de São Paulo (e refiro-me aqui, basicamente, aos trabalhos de Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni e Emília Viotti da Costa) cerrou fileiras contra as teses de Gilberto Freyre, redimensionando os estudos históricos sobre o tema. O mito de relações doces e benevolentes entre senhores e escravos e a "consequente" democracia racial no Brasil foram denunciados e questionados duramente, com pesquisas e trabalhos histórico-sociológicos de grande envergadura. Esta avaliação não se deve apenas à qualidade dos trabalhos empreendidos por estes estudiosos, mas também à sua importância política e acadêmica: eles marcaram época nos estudos sociológicos no Brasil; influenciaram praticamente todos os estudos posteriores sobre o tema e marcaram profundamente a formação de muitos militantes do movimento negro; suas teses estão presentes na maior parte dos livros didáticos, etc. Todos os envolvidos com o tema da escravidão, sobretudo os historiadores, foram formados através da leitura destas obras.

Ao longo da década seguinte, o debate sobre os modos de produção no Brasil envolveu os estudos sobre a escravidão, trazendo novos posicionamentos teóricos que foram se desdobrando em diversas direções. Em encontros acadêmicos como o que ocorreu na UNICAMP em 1976, em diversas coletâneas de textos e artigos como as editadas por Théo A. Santiago em 1975, José Roberto do Amaral Lapa em 1980 e Paulo Sérgio Pinheiro em 1984, o debate se fez e se espalhou por outros livros e artigos: nos anos 70-80 quem trabalhasse com o tema deveria quase inevitavelmente defender uma posição ou outra: afinal, qual era o caráter daquela

sociedade? Tratava-se de uma sociedade colonial, formada nos quadros do Antigo Sistema Colonial e atravessada pela necessidade da acumulação primitiva de capitais, como afirmava Fernando Antônio Novais; ou de um modo de produção historicamente novo, o modo de produção escravista colonial, que obedecia a determinadas leis de funcionamento, como enfatizavam Ciro F.S. Cardoso e Jacob Gorender; ou ainda de uma sociedade capitalista, o avesso do mesmo tecido que determinava a formação de relações assalariadas no mundo europeu, como argumentavam Maria Sylvia Carvalho Franco e Antônio Barros Castro?¹

Profundamente marcado pelos debates no interior do marxismo e mantendo relação direta com a discussão sobre o caráter da tão almejada revolução a ser promovida no Brasil, estes confrontos se desenvolviam, no entanto, em um espaço eminentemente teórico: diferentemente dos anos 60, a pesquisa histórica (entendida aqui apenas em termos de investigações empíricas associadas a debates historiográficos) não se fazia muito presente na maior parte dos textos. A maioria dos autores envolvidos no debate dedicava muitas e muitas páginas a leituras e releituras, interpretações e análises de passagens de *O Capital*, dos *Grundrisse*, do clássico debate sobre a transição do feudalismo para o capitalismo empreendido por M. Dobb e P. Sweezy, etc.

Diferentemente da produção dos anos 60, os debates da década de 70 não deixaram marcas tão profundas na historiografia sobre o tema, assim como havia acontecido com a produção da Escola de São Paulo. Ou, melhor dizendo, estes debates influenciaram a historiografia de um modo diferente. Ao invés de alterar radicalmente a forma de abordagem e análise do tema, os confrontos teóricos da década de 70 nunca chegaram a terminar: em inúmeras monografias produzidas neste período e nos anos 80 reencontramos o mesmo debate, embora em outros termos, como se ele tivesse apenas se deslocado, espalhando-se regionalmente. As teses de Fernando Novais a respeito do Antigo Sistema Colonial são encontradas em diversos livros didáticos, reaparecem em estudos sobre a ideologia escravista, sobre a religiosidade colonial, sobre diversos aspectos da época moderna, feitos em geral na Universidade de São Paulo. As teses que postulam a existência de um Modo de Produção Escravista Colonial (desconsiderando momentaneamente as divergências entre Ciro Cardoso e Jacob Gorender) aparecem em diversos estudos

1- Cf. Théó A. Santiago (org.). *América Colonial, Ensaios*. Rio de Janeiro, Pallas, 1975; J.R. do Amaral Lapa (org.). *Modos de Produção e Realidade Brasileira*. Petrópolis, Vozes, 1980; e Paulo Sérgio Pinheiro (org.). *Trabalho Escravo, Economia e Sociedade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.

feitos na Universidade Federal Fluminense, Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, seja sobre temas diretamente relacionados com a escravidão e a abolição, seja sobre temas "correlatos" como o da história da agricultura, da formação do Estado Nacional, etc. Não há aqui nenhum "determinismo geográfico". Trata-se apenas da constatação da importância crescente dos trabalhos desenvolvidos nos programas de pós-graduação - daí, aliás, o caráter monográfico destes estudos - na produção historiográfica brasileira, e da presença de vários dos autores envolvidos diretamente nos debates deste período como professores-orientadores de teses e dissertações no interior destes programas.

Os anos 80 marcam um revigoramento da produção historiográfica sobre o tema da escravidão e da abolição no Brasil, com a defesa de inúmeras teses em diversos centros universitários nacionais e estrangeiros - grande parte delas publicadas rapidamente (talvez em função do apelo editorial proporcionado pela proximidade do centenário da abolição no Brasil). Desta produção historiográfica destaca-se um conjunto de textos que se diferenciou da produção das décadas anteriores tanto por seus pressupostos quanto por seus procedimentos, sobretudo pelo questionamento que empreendiam em relação a posições teóricas e linhas explicativas defendidas por diversos estudiosos que publicaram seus livros nos anos 60 e 70 e que haviam sido responsáveis pela formação de sucessivas gerações de historiadores.

Ao que tudo indica, isto parece ter causado certa "sensação" - sobretudo nos meios acadêmicos. Parece que estamos, novamente, diante de um "outro" debate sobre o tema. Deixando de ocorrer apenas em algumas conversas informais ou nas salas de aula, a discussão foi aos poucos se fazendo presente em palestras, depois em artigos publicados aqui e ali, em livros, chegando até às páginas de alguns jornais de grande circulação no eixo Rio-São Paulo.²

Contudo, apesar dos vários congressos, simpósios, encontros e manifestações promovidas por diferentes setores do movimento negro ou da vida acadêmica brasileira, o debate, efetivamente, não chega a ocorrer. Não creio que se trate de uma propalada "ausência de tradição de debate científico" no Brasil, como costumam dizer alguns. Nestas plagas brasileiras, temos, a bem da verdade,

2- Ver, por exemplo, os artigos de Sidney Chalhoub - "Gorender põe etiquetas nos historiadores", de Jacob Gorender - "Como era bom ser escravo no Brasil" e de Sílvia Lara - "Gorender escraviza história", publicados no Caderno Letras da Folha de São Paulo, respectivamente nos dias 24/11/90, 15/12/90 e 12/01/91.

maus modos de produção de qualquer debate acadêmico e político. E não me refiro aqui à frequente prática de se tomar eventuais críticas intelectuais como ataques pessoais...

O que é intrigante (e talvez instigante) é que o debate efetivo não chega a acontecer justamente porque a questão nunca é posta de modo a que efetivamente possa existir, de modo a que possa se desenvolver um debate. O exercício do confronto de idéias, opiniões e posições teóricas e políticas diversas não tem acontecido não apenas porque as pessoas não se encontram em um mesmo espaço físico, dispostas a um diálogo sobre suas diferenças. Isto poderia até parecer um bom motivo, mas o que tem frequentemente acontecido é o vício (de certo modo solitário) da crítica, incapaz de fecundar um debate político e acadêmico.

Gostaria de me deter um pouco mais sobre esta questão, examinando algumas críticas formuladas "contra" estes textos recentemente publicados que, ao que tudo indica, ousaram questionar algumas "verdades" já estabelecidas: verdades tão estabelecidas que alguns - talvez menos familiarizados com a natureza mesma dos trabalhos históricos e historiográficos - chegam a afirmar que, desde mais ou menos o início dos anos 70, "o tema da escravidão era considerado assunto resolvido nos meios universitários."³

Mas, quem seriam estes "iconoclastas", e quais seriam seus "pecados"? Para responder a estas questões, nada melhor que recorrer a um trabalho de investigação empírica, buscando em alguns textos que pretendem criticar esta "nova" historiografia os indícios para esta resposta. Refiro-me aqui, basicamente, aos textos de Emília Viotti da Costa, "História, metáfora e memória", publicado no Boletim semestral do Arquivo do Estado de São Paulo; ao artigo de Ciro Cardoso intitulado "A abolição como problema histórico e historiográfico", publicado em uma coletânea que ele mesmo organizou - *Escravidão e Abolição no Brasil: Novas Perspectivas* -; e ao provocativo livro de Jacob Gorender - *A Escravidão Reabilitada*. São, evidentemente, textos de caráter, sentidos e objetivos bastante diversos. Seus autores defendem teses historiográficas diferentes, mantêm posições teóricas e têm concepções diversas sobre História, sobre o trabalho do historiador, etc. Guardadas as diferenças, no entanto, é possível realizar um pequeno exercício de investigação.

3- GORENDER, Jacob. *A Escravidão Reabilitada*. São Paulo, Ática, 1990, p. 205.

Para Emília Viotti da Costa haveria uma tendência que teria se desenvolvido na historiografia brasileira dos últimos anos. Preocupada em "resgatar a fala e a memória dos oprimidos" ou que pretenderia "recuperar a subjetividade dos personagens históricos" - uma nova tendência dedicada a "recuperar a memória do povo, o discurso dos oprimidos, a sua subjetividade (...), os indivíduos e suas percepções ou motivações", que empreende uma análise centrada no nível das conjunturas, dos episódios, da práticas discursivas e ideológicas, tomadas em "uma total autonomia", na perspectiva de uma microfísica do poder e da resistência isolada do ato cotidiano. Esta perspectiva - cujos contornos ficam sempre vagos - estaria identificada com indesejáveis tendências políticas, constituídas como reação a certas posturas do marxismo tradicional, provindas tanto de setores nitidamente anti-marxistas, como de setores da "nova esquerda".⁴

Renunciando ao discurso totalizador que incorpora as múltiplas subjetividades e as transcende, conferindo-lhes "significado" e, ainda segundo a autora, abandonando "totalmente a idéia de que existe um processo histórico que ao mesmo tempo constitui os indivíduos e é constituído por estes", esta nova abordagem teria deixado a história para ser memória: "tudo se transforma em subjetividade, a do agente histórico e a do historiador, tudo fica uma questão de opinião."⁵ Haveria portanto, segundo Emília Viotti da Costa, uma oposição básica, entre história e memória, entre a perspectiva da análise mais abrangente do processo histórico e a da análise das conjunturas, da subjetividade dos agentes históricos: assim, o debate não parece ter mais lugar, nem razão de ser. Reduz-se simplesmente à dúvida hamletiana sobre ser ou não verdadeiramente histórico, ser ou não ser "científico"; eis a questão.

Em um texto dedicado a realizar um balanço da recente historiografia sobre a abolição, Ciro F. S. Cardoso selecionou certos "eixos temáticos preferenciais" e escolheu algumas obras que naquela ocasião haviam sido recentemente publicadas para analisar.⁶ Neste texto, Cardoso critica os trabalhos de Célia Azevedo e de

4- Cf. Emília Viotti da Costa - "História, metáfora e memória: A revolta de escravos em 1823". Arquivo: Boletim Histórico e Informativo, 9 n. 1 (jan./jun. 1988): 7-20. As citações foram retiradas das páginas 7, 8 e 9; vide também pp. 15-16 e 19-20.

5- COSTA, Emília Viotti da. Op. cit., p. 9.

6- CARDOSO, Ciro Flamarion S. "A abolição como problema histórico e historiográfico". In: Ciro F.S. Cardoso (org.). *Escravidão e Abolição no Brasil: Novas Perspectivas*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1988, pp. 73-110.

Lília Schwarcz⁷, como sendo obras que teriam se ocupado "de forma prioritária com a dimensão do imaginário, das representações" - vítimas, portanto, do modismo ou da "influência da chamada Nova História. Depois de reafirmar o postulado de que a produção histórica não prescinde de um quadro teórico bem construído, e de avaliar rapidamente o papel desempenhado por cursos de pós-graduação para a elevação da qualidade média da produção historiográfica nos últimos anos, Ciro Cardoso refere-se ao que considera ser o "esquerdismo" de certos autores juvenilmente solidários com "os excluídos, com as 'vítimas da história' (loucos, criminosos, desviantes, vencidos...)".⁸

Do ponto de vista teórico, Ciro Cardoso reconhece

*"a emergência (nos anos 80) de uma corrente historiográfica que se caracteriza não apenas por se opor às anteriores (dos anos 60 e 70), como também e principalmente por duvidar dos pressupostos analíticos (racionalistas, explicativos) daquelas (dos anos 60 e 70) em seu conjunto, o que configuraria um corte bem mais radical do que os que haviam ocorrido até então e cujos desdobramentos e conseqüências futuras são, a respeito, difíceis de prever."*⁹

Embora tenhamos agora algumas pistas - até mesmo nomes e indicações bibliográficas - a respeito desta nova corrente historiográfica, seus contornos aparecem ainda muito vagos: haveria falta de rigor teórico, uma certa dose de doença infantil associada aos modismos da nova história e um indefinido "corte bem mais radical"...

Se os artigos de Emília Viotti da Costa e Ciro Cardoso indicam apenas algumas pistas, há no entanto um outro texto que se demora larga e explicitamente sobre a questão (o que talvez seja um de seus únicos méritos). No ano passado, o público leitor foi brindado com a publicação de uma obra que parece ter a pretensão de colocar os pingos nos "iis". Assim, mais que sobre os outros dois

7- AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda Negra, Medo Branco. O negro no Imaginário das elites - Século XIX*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987 e SCHWARCZ, Lília Moritz. *Retrato em Branco e negro. Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

8- CARDOSO, Ciro F. S. Op. cit., respectivamente pp. 93, 103 e 104.

9- Ibidem, p. 103.

textos mencionados, é sobre a obra de Gorender que vou me deter mais demoradamente.

Virulento, irado e provocativo, o livro de Jacob Gorender - *A escravidão reabilitada* - é, no entanto, extremamente frágil. Esta fragilidade - para não ficar no nível de uma abstração genérica como faz o próprio Gorender - reside justamente na distância entre aquilo que este autor acha que faz e aquilo que ele efetivamente realiza.

Pretendendo realizar uma crítica historiográfica, Gorender investe, em um verdadeiro entrudo intelectual, contra aqueles que pretende atingir com uma saraivada de adjetivos malcheirosos: os reacionários neopatriarcalistas, os antimarxistas culturalistas, os anti-teóricos apoiados em paupérrimas evidências empíricas que tecem verdadeira exaltação à acomodação e ao ajustamento, anti-históricos risíveis, triviais e falhos que elaboram sofismas formalistas, os reformistas que proferem despautérios prenhes de confusões teóricas, mistificadores imprecisos que arrombam portas abertas para defender uma ideologia reacionária travestida de historiografia moderníssima do ponto de vista metodológico, etc., etc.

Em seu esforço para identificar as determinações mais gerais da produção historiográfica que quer criticar, Gorender acaba abusando do velho critério da determinação geográfica, ao cunhar e batizar esta execrável tendência com o estranho nome de "escola unicampista".¹⁰ Segundo ele, o Departamento de História da UNICAMP seria "o foco mais ativo das novas tendências reacionárias." Afinal, lá haveria uma certa concentração de "agentes do mal": Sidney Chalhoub, Célia Azevedo, Verena Stolcke,, Michael Hall, Robert Slenes, Ademir Gebara, Lilia Schwarcz e... Silvia Lara - que teriam se deixado influenciar pela orientação neopatriarcalista de Kátia Mattoso, por ventos anti-marxistas vindos de Paris, Londres e de plagas norte-americanas que, aliás, teriam apanhado também historiadores falaciosos e dados à ficção como João Reis, Eduardo Silva, e vários outros.

Se é que estou autorizada a falar sobre isto, o único elo comum a esta "escola" historiográfica parece ser dado pelo fato de que vários dos autores nomeados como pertencentes a ela trabalham no mesmo lugar. Explico melhor minha observação. Há grandes diferenças teóricas, metodológicas e historiográficas entre os vários autores criticados por Gorender, mesmo entre

10- GORENDER, Jacob. *A Escravidão Reabilitada*, pp. 22, 145, 147 e passim.

aqueles "da UNICAMP"... Ademir Gebara, por exemplo, deve ter dado tão boas risadas quanto eu mesma, ao ver-se identificado como um dos hereges unicampistas que pertencem à seita deste notório anti-marxista que é E.P. Thompson.¹¹ Talvez ele também tenha se surpreendido ao saber, através de Gorender, que entre ele e esta perigosa participante do ativo "foco ... reacionário" que vos fala, pudesse haver qualquer tipo de afinidade - sobretudo depois de termos debatido duramente, em diversos seminários internos e, publicamente, em uma mesa-redonda ocorrida em 1988, sobre nossas irreconciliáveis diferenças intelectuais e políticas.¹²

É bem verdade que Gorender, a despeito das confusões, tenta apreender algumas diferenças e - no interior deste pérfido modo-de-produção historiográfico existente na UNICAMP - acaba por reconhecer algumas "brechas". Em vários momentos do livro, ele não esquece de advertir o leitor de que existem, neste Departamento, "professores sem conexão com a tendência criticada, "historiadores e cientistas sociais em geral que se situam em posições claramente diversas ou opostas"¹³ - embora em nenhum momento estes entes capazes de merecer o reino dos céus sejam nomeados para a devida canonização. Aliás, são poucos os que se salvam da verdadeira metralhadora giratória de Gorender, instalada no alto da verdade histórica que somente o verdadeiro marxismo revolucionário pode produzir. Quem não concorda com eles, com suas categorias e leis, merece farpas, tiros e outros tantos adjetivos desqualificantes: seriam todos "reabilitadores da escravidão", verdadeiros escravocratas deslocados no tempo e no espaço. Eis o procedimento que lhe permite juntar num mesmo balaio historiadores tão diferentes entre si.

Quais os pecados que estes hereges reformistas teriam cometido? Como em todo bom libelo acusatório, Gorender elabora ao final de seu texto uma síntese das falsidades perpetradas; mas vou me abster de repeti-las aqui. Gostaria de destacar apenas algumas delas, que dizem respeito a elementos fulcrais de sua crítica: a

11- Ibidem, p. 29. Thompson é objeto da crítica de Gorender em diversas passagens do texto. A título de exemplo, vide o capítulo singelamente intitulado "Pecados do marxismo e miragens do antimarxismo", pp. 97-112.

12- Mesa-Redonda sobre "O Mercado de Trabalho Livre no Brasil", realizada durante o I Colóquio de Pesquisadores do Museu da Casa Brasileira, em maio de 1988, em São Paulo.

13- GORENDER, Jacob. *A Escravidão Reabilitada*, pp. 22 e 145, nota 17.

questão da violência ou benevolência da escravidão brasileira e a questão da reificação versus "subjetividade" dos escravos.

Através da análise destas duas questões, pretendo discutir também a fragilidade da obra escrita por Gorender. Esta fragilidade resulta, em geral, do fato de que Gorender abandona os registros intelectuais e os procedimentos básicos que caracterizam o trabalho de historiador na construção de seu texto. Não desejo referir-me aqui a certos procedimentos que poderíamos chamar - sem exagero - de truques, nem às citações de fontes feitas sempre de segunda mão, e outras bricolagens, pois isto demandaria um longo exercício de demonstração. Reservo este assunto para a tranquilidade das páginas escritas, quando tiver tempo e paciência para fazê-lo.¹⁴

Creio também que tais truques não seriam suficientes para sustentar minha opinião de que Gorender não toca no mesmo diapasão que os historiadores - pois todos sabemos que há muitos de nós que compartilham com ele desta falta de intimidade com os documentos empoeirados dos arquivos e de outros procedimentos básicos para o trabalho do historiador. Deixando as questões técnicas, relativas ao ofício do historiador, para uma outra ocasião, gostaria de destacar apenas que este tipo de procedimento é bastante comum entre aqueles que julgam que uma boa teoria pode substituir completamente o trabalho da pesquisa. Com uma boa teoria pensam chegar à certeza da verdade, bastando pinçar em textos publicados por terceiros as citações documentais capazes de provar e comprovar suas teses (mesmo sem saber os contextos de onde estas citações foram retiradas, ou de pequenos detalhes sobre como certas histórias, contadas por outros autores, ocorreram).

Gorender, ao escrever e ao revisar e ampliar *O Escravismo Colonial*, por exemplo, desconhecia (ou deixou de utilizar ou de, pelo menos, mencionar em sua

14- Sidney Chalhoub em "Gorender põe etiquetas nos historiadores". *Folha de São Paulo*, 24/11/1990, *Caderno Letras*, p. H-7) indica um exemplo deste tipo de procedimento. Apesar da transcrição desta palestra destinar-se à publicação, continuo deixando uma demonstração detalhada destas afirmações para outra ocasião. O leitor mais interessado poderá comparar passagens do texto de Gorender com as páginas dos próprios livros indicados por ele em suas notas de pé de página. Se cotejar, por exemplo, a página 22 de *A Escravidão Reabilitada*, com a página 201 do livro de João José Reis - *Rebelião Escrava no Brasil* (São Paulo, Brasiliense, 1986), observará como Jacob Gorender transforma a opinião de um viajante inglês (analisada por João Reis) em afirmação feita por este último. Há inúmeros exemplos: é só começar.

bibliografia) um dos textos clássicos sobre o tema - a obra de Ribeiro Rocha - talvez pelo simples motivo de ela não ter sido publicada em segunda edição desde 1758...¹⁵ Em palestra recente na ANPUH, ao comentar a variedade do "ser escravo", mencionou o extraordinário caso de um escravo de Campos dos Goitacases que alugava alguns forros para o cultivo de uma roça de feijões, afirmando não poder saber o que havia acontecido com este escravo depois de terminada a contenda que manteve com sua senhora... Não podia saber pois não consultou o documento existente no arquivo. Se tivesse consultado, saberia; mas preferiu transformar algumas passagens deste documento transcritas em meu livro na totalidade do processo...¹⁶ Mas estes são pequenos detalhes (embora frequentes em seus dois livros sobre a escravidão), diante do poder e da glória de uma boa teoria.

Mas vamos às duas questões mencionadas há pouco. E peço licença para me referir mais detalhadamente às críticas que faz ao meu livro: afinal este é, com certeza, um dos que melhor conheço da bibliografia citada e criticada por ele.

Em Campos da Violência passo páginas e páginas a descrever e analisar o papel do castigo físico exemplar no controle que os senhores mantinham sobre seus escravos, e a defender a tese de que este tipo de castigo é um dos elementos fundamentais no exercício do poder senhorial, nas práticas de dominação e exploração

15- Trata-se da obra do Pe. Manoel Ribeiro Rocha - *Ethiophe Resgatado, Empenhado, Sustentado, Corregido, Instruido e Libertado. Discurso theologico-juridico em que se propõem o modo de commerciar, haver e possuir validamente, quanto a hum, e outro foro, os Pretos cativos Africanos, e as principaes obrigações, que correm a quem delles se servir.* Lisboa, Oficina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1758. Esta obra não aparece na bibliografia de *O Escravidismo Colonial*, tanto na primeira quanto na quarta edição, esta última revista e ampliada. Depois de várias tentativas de uma nova edição, a obra de Ribeiro Rocha foi recentemente transcrita e publicada em *Cadernos do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas*, 21 (Campinas, UNICAMP, agosto de 1991).

16- Trata-se do caso de Antônio Angola que em 1806 acionava sua antiga senhora para manter seus direitos sobre a colheita das socas de um canavial e de uma roça de feijão. Antônio, em 1806, era escravo de Paula Maria Ribeiro e assim continuou sendo, mesmo depois de ter ganho o processo através de um acordo com sua antiga senhora. Cf. "Autos Cíveis de Libelo: Antônio escravo de Paula Maria Ribeiro - Autor, contra Maria Tereza - Ré (1806)". Arquivo do Cartório do Segundo Offício de Campos, maço 146. Este processo é analisado por mim em *Campos da Violência. Escravos e Senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988, pp. 210, 211 e 346.

de escravos e libertos.¹⁷ Gorender chega até mesmo a se utilizar de minhas conclusões (sem indicar a fonte, é claro) e de várias citações documentais e evidências empíricas existentes no livro para argumentar a favor da tese da violência da escravidão - contrapondo-se à tendência que ele identifica como sendo dos edulcoradores da escravidão, dos que tentam caracterizá-la como "benevolente, paternal, legalista, com negociações pacíficas, acordo sistêmico e paz social" entre senhores e escravos (entre os quais, evidentemente, ele me inclui).¹⁸

Sem dúvida, é um estranho procedimento: como é possível utilizar meus próprios argumentos contra minhas próprias idéias? A resposta é simples. Isto só é possível porque Gorender não consegue entender minha argumentação contra o uso do termo "violência" para qualificar as relações entre senhores e escravos. Para ele, se me recuso a utilizar este termo - e me recuso a fazê-lo pelas implicações políticas e pelo profundo anacronismo que ele contém -, automaticamente estaria afirmando que a escravidão teria sido suave, doce, terna: um sofisma igual ao que os escravistas se utilizavam contra os abolicionistas.¹⁹ Parafraseando um conhecido polemista, poderia dizer que "é bom ser lido, melhor ainda é ser entendido."

Gorender afirma que "a contradição entre ser coisa e ser pessoa constitua a vivência do escravo durante toda a sua existência". E que, "suprimida esta contradição" - como eu teria feito em meu livro - "a escravidão deixa de ser escravidão".²⁰ Ora, é evidente que Gorender não consegue entender que, no período em que vigorou a escravidão, homens e mulheres eram vendidos como escravos: o que hoje nos parece paradoxal e contraditório não era nada paradoxal nem contraditório para aqueles senhores e escravos, homens e mulheres que viviam em um mundo diferente do nosso, no qual existia a escravidão. Na escravidão, pessoas são vendidas, compradas, depositadas em juízo, trocadas, empenhadas, etc. - há um comércio de homens e mulheres.

O fato de se afirmar que a escravidão seja uma relação de dominação e exploração violentas (e é claro que ela é), que a sociedade escravista seja uma

17- Cf. Silvia H. Lara - Campos da Violência, especialmente pp. 41-96 e 342-345.

18- GORENDER, Jacob. *A Escravidão Reabilitada*, pp. 26-27, 38, 40-42; a citação é da p. 43.

19- Ibidem, pp. 22-23.

20- GORENDER, Jacob. *A Escravidão Reabilitada*, p. 23.

sociedade desigual (o que é óbvio), não é suficiente para diferenciá-la da sociedade em que vivemos hoje. Nosso mundo também é um mundo de desigualdades (e de desigualdades extremadas); também vivemos relações de dominação e exploração extremamente violentas. Adjetivar a escravidão como violenta, acentuando sobretudo uma idéia de violência absolutamente abstrata, é um procedimento incapaz de diferenciar a escravidão do mundo de hoje. Hoje, a violência não é mais a do chicote do feitor nos ombros do escravo, mas existem atualmente muitas outras formas de violência. Embora elas possam nos parecer muito "naturais" foram, no entanto, construídas historicamente. Hoje regulamos nosso tempo pelo relógio; o operário que chega atrasado tem o tempo de atraso descontado em seu salário.²¹

Medir o tempo de trabalho e da vida em minutos não foi um acontecimento tranquilo. Houve motins, quebras de relógios públicos e muitos embates e conflitos antes que esta se tornasse uma prática "natural", a ponto de todos termos nossos relógios de pulso. Do mesmo modo, é preciso muito cuidado ao falar de violência em um mundo onde a justiça penal se fazia através do suplício público e onde o castigo físico, corporal, era absolutamente constante; o que pode ser "natural" em uma sociedade não o é em outra. Se devemos ter, em relação à violência, uma atitude de denúncia, em e por princípio, isto não significa que a atitude de denúncia possa obscurecer a especificidade histórica. No caso da escravidão, a utilização deste adjetivo, em termos abstratos, não é capaz de explicar as relações entre senhores e escravos, de diferenciar a dominação e exploração escravistas de outras tantas relações de dominação e exploração ao longo da história.

A capacidade para lidar com a diferença é algo essencial para um historiador: é o único caminho para evitarmos o anacronismo. Para mim, por exemplo, cidadão do final do século XX, uma única chicotada constitui uma violência inaceitável. Mas é preciso compreender como homens e mulheres de outros tempos puderam imaginar que 400 chicotadas dadas em 10 dias alternados (40 lambadas ministradas dia sim dia não, durante 20 dias) eram mais humanas e

21- Esta não é, aliás, nenhuma afirmação nova. K. Marx, ao analisar a disciplina imposta pelo capital sobre os trabalhadores das fábricas, diz que "no lugar do chicote,, do feitor de escravos surge o manual de penalidades do supervisor. Todas as penalidades se resolvem, naturalmente, em penas pecuniárias e descontos de salários (...)". Cf. K. Marx à O Capital, Críticas da Economia Política (trad.) 2ª ed. São Paulo, Nova Cultural, 1985, tomo 2, p. 45.

moderadas que 400 dadas de uma só vez... A discussão deste problema atravessa páginas e páginas do livro de Jorge Benci, publicado em 1705, ocupa outras tantas páginas da obra de Ribeiro Rocha, publicada em 1758, reaparecendo bem mais tarde na obra de Vilhena e na de Azeredo Coutinho, no início do século XIX.²²

O debate sobre o melhor tipo de castigo a ser ministrado aos escravos, se com chicotes, grilhões, ou outros instrumentos está presente em diversos textos do período colonial. Diversas Cartas Régias do final do século XVII e início do XVIII evidenciam a preocupação em moderar o castigo dado aos escravos - basta ler a correspondência entre a metrópole e o governo do Brasil neste período. As Cartas Régias de 20 e 23 de março de 1688, de 23 de fevereiro de 1689, 11 de janeiro de 1690, 7 de fevereiro de 1698, outras de 1702 e 1710, indicam uma longa discussão sobre a necessidade metropolitana de substituir castigos "cruéis" por castigos "moderados" e "justos" sem, no entanto, fragilizar a dominação senhorial sobre os escravos ou abrir brechas para reclamações ou revoltas escravas.²³ Este debate pode ser flagrado também em outro tipo de documentação, como no caso dos regimentos de feitores. O regimento elaborado para um feitor de um engenho de Pernambuco em 1663, o regimento do feitor-mor do engenho Pitanga, na Bahia, de 1692, constituem bons exemplos. Neste último, referente ao engenho Pitanga, pertencente aos Jesuítas, afirma-se que os crimes deveriam ser punidos com 45 açoites - cinco chicotadas a mais que aquelas recomendadas pelo também jesuíta Jorge Benci, praticamente na mesma época.

Podemos também encontrar este debate em outras fontes; em processos criminais, por exemplo. Citarei apenas três deles, coletados durante minha pesquisa sobre a relação senhor-escravo nos Campos dos Goitacases no final do século XVIII. Um deles revela o caso de um senhor que está sendo processado pela morte de um escravo em 1797. Em sua defesa, este senhor argumenta que não ministrou castigos físicos capazes de levar o escravo à morte, somente castigos moderados e justos, pois o escravo havia cometido a falha de fugir, precisando portanto ser corrigido - tratava-se de um castigo educativo, como deviam ser os castigos ministrados aos escravos.²⁴ Este tipo de argumentação reaparece no relato de um feitor que havia encontrado morto um escravo de sua fazenda, em

22- Para uma indicação completa destas fontes e uma análise mais detalhada desta questão, vide Sílvia H. Lara - *Campos da Violência*, pp. 45-56.

23- LARA, Sílvia H. Op. cit., pp. 64-67.

24- LARA, Sílvia H. Op. cit., pp. 57-61.

1788. Várias testemunhas afirmam que o escravo havia se suicidado por causa dos castigos recebidos depois de uma fuga. Há no processo várias indicações de que o suicídio do escravo teria sido fruto da "paixão" do escravo e que o castigo - 100 açoites no primeiro dia, 80 no segundo e 60 no terceiro, seguido de prisão no tronco - teria sido "justo" e "educativo".²⁵ A noção de um castigo justo e educativo, no entanto, não aparece apenas em falas senhoriais. Em 1799 três mulheres escravas lutam para não serem enviadas para casa de seu novo senhor, que consideram muito cruel. Dizem elas que preferem ficar com seu antigo senhor, pois este só lhes dava o castigo moderado, necessário à sua educação, com um pai deve dar a seus filhos.²⁶

Este debate a respeito da moderação ou crueldade do castigo dos escravos é bastante complexo e tem muitas facetas. A mesma Coroa que tentava limitar a crueldade dos senhores, através das Cartas Régias que mencionei há pouco, estipulava que qualquer escravo achado com uma faca teria como pena 100 açoites dados ao pé do Pelourinho - de uma só vez... Diante destes dados, como podemos decidir quem é cruel, quem é moderado? O que é ser violento, neste contexto? Para mim, esta é uma pergunta fundamental.

Para Gorender, no entanto, esta é uma questão sem importância. Trata-se, como ele avalia o meu caso, de uma negação e - paradoxalmente - de uma "reabilitação" da escravidão. Talvez mais até do que isto: de uma formulação claramente "escravocrata" defendendo a suavidade das relações entre senhores e escravos. Um entre tantos despautérios fantasiosos apoiados em paupérrimas evidências empíricas...²⁷ Equiparada aos escravocratas e a Gilberto Freyre, passo a ser, portanto, premiada com os adjetivos de que Gorender tanto gosta: reacionária, neo-patriarcalista, anti-marxista, etc. etc. E assim, o tom é de denúncia, de adjetivações extremadas, de censuras e reprovações: entre a esquerda e a direita, entre marxistas e anti-marxistas, revolucionários e reacionários, não há diálogo ou debate possível, apenas a luta até a vitória final...

Gorender insiste em se digladiar contra aqueles que, segundo ele, privilegiariam a análise da subjetividade dos escravos. Poderia concordar com ele avaliando que uma análise inteiramente baseada na "subjetividade" dos agentes da

25- Ibidem, pp. 61-62.

26- Ibidem, pp. 69-70.

27- Cf. Jacob Gorender. *A Escravidão Reabilitada*, p. 23.

história é sempre problemática, embora considere instigantes algumas das contribuições de historiadores como Peter Gay. Mas isto é bem diferente do que afirmar que os escravos foram sujeitos da história. Gorender recusa-se a ser incluído entre os que defendem a "teoria do escravo-coisa". Esclarece mais uma vez em *A Escravidão Reabilitada* a diferença entre coisificação social e coisificação subjetiva, reafirmando que a contradição entre ser coisa e ser pessoa constituía a vivência do escravo durante toda a sua existência; algo que, segundo ele, seria essencial na própria definição de escravidão.²⁸

Há aqui duas questões a levantar. A primeira é bastante simples: como podemos afirmar algo sobre a visão escrava da escravidão sem consultar documentos a este respeito? Basta entrar em um arquivo cartorial e encontraremos milhares de documentos e testemunhos sobre a escravidão e até mesmo relatos dos próprios escravos sobre suas vidas, suas experiências e projetos de vida. Mesmo que essas vozes nos cheguem "filtradas" pela pena do escrivão, do oficial de justiça ou do advogado, elas vão freqüentemente nos causar surpresas e nos levar a rever muitas das imagens fixadas pela historiografia sobre a escravidão e sobre a relação senhor-escravo. Costumo dizer que levei um enorme susto ao abrir as folhas daqueles velhos processos que estão guardados nos cartórios do primeiro, segundo e terceiro ofícios da cidade de Campos. Parece-me difícil imaginar Gorender experimentando uma sensação semelhante...

A segunda questão diz respeito à diferença entre a subjetividade do escravo, mesmo se considerarmos que ele seja o "agente subjetivo do processo de trabalho e não um capital fixo"²⁹, e a afirmação de que os escravos foram sujeitos da história, de que a história da escravidão foi construída por senhores e por escravos. Há efetivamente um debate entre diferentes perspectivas teóricas de análise histórica da escravidão e da abolição: esta é a razão pela qual historiadores gastam páginas e páginas a discutir se os escravos eram ou não "coisas", se a escravidão era ou não "violenta", se os abolicionistas, as classes médias urbanas ou sei lá quem mais fizeram ou não a abolição, etc. etc. Afinal, qual o interesse em saber se milhares de pessoas submetidas como escravos ao domínio de senhores - todos eles mortos já há bastante tempo - eram "coisas" ou sujeitos de sua própria história?

28- Ibidem, pp. 25, 36-37 e 110-111, entre outras.

29- Cf. Jacob Gorender, p. 36.

É que este debate histórico não deixa de ser político. Emília Viotti da Costa, por exemplo, afirma que o conhecimento da "macrofísica do poder" e das "estruturas significativas" de dominação é fundamental porque "quem não sabe para onde vai tem dificuldade de decidir o que fazer". Esta afirmação é feita por Emília Viotti tanto em relação ao significado do trabalho do historiador no presente quanto em relação à ação dos agentes históricos no passado.³⁰ Os escravos de Gorender

*"não podiam alcançar a formulação abrangente de uma proposta de transformações revolucionárias da sociedade existente (...) não dispunham de condições estruturais para formular um projeto nacional e ultrapassar o âmbito local ou regional, na ação prática..."*³¹

Como se a existência de um "projeto nacional" ou de propostas de "formulações abrangentes" fossem condições *"sine qua non"* para qualquer ação transformadora...

Escravos e libertos no passado ou historiadores no presente teriam que ter alguém que lhes apontasse o rumo da história, elaborasse projetos abrangentes e indicasse as etapas necessárias para chegar à abolição da escravidão ou da *"soi-disant"* libertação proletária? Como se a história tivesse um único curso, a ser seguido em mão única. Teriam todos, escravos, libertos e historiadores - que ser leninistas e depender das iluminadas vanguardas do partido da abolição da luta de classes para nos dizer para onde ir? Este é, evidentemente, um debate político. Não um debate entre direita e esquerda, como querem fazer crer alguns -, mas um debate no interior das esquerdas.

O próprio título do livro de Gorender é significativo: **reabilitação** é uma palavra carregada de sentidos no vocabulário da militância. Para ficar no jargão stalinista poderia simplesmente dizer que se Gorender acusa vários historiadores de "reabilitarem" a escravidão, ele nada mais faz que "renegar" a história. Mas é preciso ir além: recusar o jargão e com ele seus pressupostos e procedimentos.

Em primeiro lugar, isto significa recusar os anátemas. Estes só podem ter origem em tribunais nos quais a certeza da "linha justa" é inabalável. Tal postura

30- COSTA, Emília Viotti da. Op. cit., p. 9.

31- GORENDER, Jacob. *A Escravidão Reabilitada*, p. 164; vide também pp. 122-123.

não é própria de historiadores, a não ser aqueles pertencentes a uma certa tradição marxista, para a qual a "Grande Teoria", a crença inabalável na verdade e na ciência "revolucionárias" obscurecem qualquer relação com a multiplicidade da experiência social.

É bem verdade que vários autores expressam suas críticas às teorias stalinistas e aos procedimentos althusserianos - mas até que ponto? Gorender, por exemplo, já publicou livros e artigos a este respeito.³² Seu conceito de modo de produção e todas as suas "leis" são, no entanto, construídos a partir de reflexões teóricas e críticas bibliográficas. Gorender julga-se no direito de apontar erros e acertos da produção historiográfica com a qual ele lida. Foi justamente contra concepções desta natureza que Thompson acusado por Gorender do pecado de "frouxidão estrutural"³³, e o grupo de historiadores marxistas britânicos do Partido Comunista Inglês se insurgiram nos anos 60, logo após o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética.

Aliás, a dimensão mais ampla deste debate no interior do marxismo desaparece no texto de Gorender, sob as acusações peremptórias de "pecados", "miragens" e ataques estruturalistas e antimarxistas cometidos aqui e ali. "O que vinha de Paris coincidiu com o que irrompeu de Londres", afirma Gorender.³⁴ Mesmo que ele aponte algumas diferenças entre Londres e Paris, em poucas páginas temos todo um debate, múltiplo, denso e de consequências políticas as mais diversas, passado a limpo por adjetivos desqualificantes. Um debate que vem se desenvolvendo desde o início dos anos 60 e que já teve desdobramentos significativos nos anos 70: basta ler a produção marxista inglesa, francesa ou norte-americana sobre a história social do trabalho nos últimos 20 anos para se ter idéia de que há muito mais em pauta do que Gorender quer deixar entrever...

Em segundo lugar, recusar o jargão significa também recusar a noção, tão arraigada em parte da esquerda, de que os intelectuais - possuidores da "boa teoria" - detêm o poder de juízes, de dizer com certeza de onde viemos e para onde vamos. Sidney Chalhoub, João Reis, Robert Slenes, Peter Eisenberg, Verena

32- Cf., por exemplo, Jacob Gorender - "O Enfoque Neopositivista do Marxismo". Movimento, p. 182. São Paulo, 31/12/1978 e "Reflexões Metodológicas". In: O Escravismo Colonial. São Paulo, Ática, 1978, pp. 15-49.

33- GORENDER, Jacob. *A Escravidão Reabilitada*, p. 108.

34- GORENDER, Jacob. Op. cit., p. 17.

Stolcke, Michael Hall, Célia Azevedo, Kátia Mattoso, Lília Schwarcz - para não falar apenas de pessoas de mesma posição teórica -, eu e tantos outros abrimos mão desta arrogância.

Não nos preocupamos em saber se os escravos agiam ou não segundo as leis específicas de um bem construído conceito de modo de produção ou qualquer outra modalidade teórica disponível no mercado. Ao estudar a escravidão no Brasil procuramos encontrar e ouvir os escravos: não conceitos abstratos, nem arquétipos de heróis ou vítimas. Em nossos textos, os escravos, fugitivos e libertos têm nomes. Suas histórias mostram como seres humanos submetidos à escravidão tinham outros valores e projetos - diferentes daqueles de seus senhores - e lutaram por eles enquanto escravos. Construíram alternativas de vida, lutaram de diversas formas e conquistaram - por que não usar a palavra? - certos "direitos", transformando as próprias relações de dominação a que estavam submetidos. Suas ações e valores só podem ser compreendidos no interior e através das relações sociais tecidas por eles e seus senhores. Deixar de lado noções anacrônicas e absurdamente abstratas de violência e liberdade significa apenas dar voz para estes homens e mulheres afirmarem suas concepções a respeito destas palavras.

Liberdade não é valor universal. Ao longo da história e para diferentes grupos sociais esta é uma palavra que teve significados muito diferentes. Tinha sentidos diversos para senhores e escravos, por exemplo. Podemos aprender com os escravos e libertos que liberdade não significa vender livremente sua força de trabalho, mas sim ter o direito de ir e vir, ter acesso à terra, manter linhagens e laços de solidariedade arduamente construídos: precisamos entender a importância destes significados no interior da experiência escrava. A luta pela liberdade que empreenderam pode ter sido derrotada pelos abolicionistas imigrantes e golpeada definitivamente pela República, mas quem dirá que ela não renasce a cada dia, no movimento negro ou nas lutas pela reforma agrária? Por outro lado, muitos escravos eram monarquistas nos primeiros anos da República e isto não os transforma em "reacionários", contrários ao avanço das forças produtivas, "alienados" ou "anti-marxistas" *avant la lettre*.

A história é bem mais contraditória do que supõe a vã teoria. Vivemos em um país no qual milhões de pessoas passam fome e, no entanto, foram os "descamisados" que elegeram um presidente capaz de gerar mais fome e miséria. Talvez a fé de grande parte das esquerdas em posturas tão surdas às vozes da experiência social tenham contribuído para que isto acontecesse. Na história e na

política aprendemos, há algum tempo, a respeitar as diferenças. Somente assim poderemos efetivamente empreender um debate - algo essencial à produção do conhecimento, ao trabalho dos historiadores e às transformações da história. E, talvez, mais do que no campo da história e dos historiadores, o debate de que precisamos seja aquele que deve ser estabelecido entre as diferentes esquerdas, somado a uma reflexão profunda sobre as relações que elas mantêm com as diferenças sociais e políticas existentes no interior das classes dominadas.

Junto com o velho muro e as estátuas da Praça Vermelha, a "Grande Teoria" foi também demolida - mas não a perspectiva de que trata-se, afinal, de "transformar o mundo", como propunha nosso velho sábio do século XIX.

DEBATE

Silvia, li há algum tempo seu livro e acho que o entendi porque gostei muito dele e aprendi coisas muito interessantes. Concordo, em linhas gerais, com o que você disse a respeito da dimensão política do debate que tem ocorrido sobre o tema da escravidão e do escravismo. Como você, acho que devemos afastar o jargão e o viés stalinista ou qualquer outro semelhante da análise histórica. Também concordo quanto à necessidade de uma revitalização dentro das pretensões historicistas globalizantes, modelos que tudo explicariam e até mesmo prescindiriam de evidências empíricas - diga-se de passagem que seu livro é brilhante neste aspecto.

Contudo, acho que a politização do debate teórico é perniciosa, embora haja uma dimensão política evidente em muitas das colocações teóricas - ou que se pretendem teóricas. Esta politização acaba por desviar a atenção dos historiadores para questões outras, talvez importantes em alguns momentos, mas que são menos importantes para o efetivo exercício do fazer histórico. Fico me perguntando quais seriam essas questões verdadeiramente importantes do ponto de vista teórico e de outros pontos de vista, para um e para outro autor. É sobre isto que gostaria de lhe formular uma pergunta.

Quando li seu livro e também o de Sidney Chalhoub, tive uma sensação mais ou menos dupla. De um lado, concordei e gostei da perspectiva de um

distanciamento daquilo que se poderia classificar grosseiramente de marxismo vulgar. Por outro lado, verifiquei um certo distanciamento da possibilidade de discussão teórica - talvez isto fique evidente, por exemplo, na passagem em que você faz críticas muito pertinentes à bibliografia, mas deixa a discussão em suspenso. Parece que a escravidão se torna um pretexto para um mergulho no cotidiano. Pergunto-me, então, se poderíamos fazer equivaler a discussão teórica sobre as relações eventualmente existentes em fenômenos ocorridos no nível da cotidianidade, e aquelas sobre outros fenômenos que podemos chamar simplificadamente de macroestruturais. Poderíamos afastar esta discussão teórica diante das infelicidades teóricas produzidas pelo marxismo vulgar? Ou seja, quando afastamos a discussão pretensamente teórica, proposta pelo marxismo vulgar, não estaríamos abandonando qualquer perspectiva de discussão teórica? Gostaria de ouvir seus comentários sobre esta questão. Seria possível uma reflexão teórica mais fina, ignorando um pouco as questões propostas pelo marxismo de viés stalinista, sobre as articulações entre os chamados fatos culturais, mentais ou do cotidiano e os fenômenos mais estruturais - ou a alternativa que se coloca é a de um mergulho muito interessante no cotidiano e na empiria mas sem uma resposta teórica precisa?

Esta é realmente uma questão. Mas, antes de respondê-la, vou discordar um pouco de você. Não creio que a politização do debate teórico seja perniciosa, mesmo porque não sei como fazer um debate teórico sem fazer política. Não há teoria sem política - portanto não se coloca o julgamento se a presença política é ou não perniciosa. Parto de uma concepção de história na qual o trabalho do historiador se efetiva através do duplo diálogo com as evidências e com a historiografia e na qual a teoria e a empiria não se separam. A teoria não é algo que existe em um certo lugar e que é aplicada, posteriormente, à empiria: esta é uma marca quase caricatural disto que você chamou, numa ótima expressão, de infelicidades teóricas do marxismo vulgar.

Trabalhar com evidências empíricas é um ato efetivamente político e teórico. Não se pode construir, em se tratando da história, uma teoria em termos abstratos, à maneira de Althusser, com a empiria atravessando a generalidade um, a generalidade dois, até chegar à verdadeira essência. Hoje é mais ou menos frequente a crítica a este tipo de procedimento. Quando digo que Gorender tem um procedimento teórico próximo do althusseriano e do stalinismo, não ignoro que ele mesmo já tenha formulado críticas a Althusser e ao stalinismo. A proximidade está

justamente na ausência deste duplo diálogo com a bibliografia e com a empiria na elaboração teórica.

Parto do princípio de que, do ponto de vista teórico, os conceitos e categorias com os quais os historiadores trabalham devem ser profundamente históricos, móveis e elásticos, não categorias fixas e definidas *"a priori"*. Trabalhar com empiria, portanto, é ouvir a diversidade, trabalhar com o confronto entre interesses diversos, normas e valores que lutam entre si. Não se trata de postular, em princípio, a existência da luta de classes, mas procurar o modo como as classes se definem neste processo conflituoso e contraditório, como elas se fazem na luta - para retomar a expressão thompsoniana. É assim que devemos construir nossas categorias e conceitos. Os textos marxistas mais interessantes, neste sentido, são os capítulos chamados históricos de *O Capital*, ou textos como *O 18 Brumário*. Assim sendo, não se trata de opor a "macrofísica do poder" ou o "sistema", de um lado, e a "cotidianidade", de outro.

Por outro lado, a noção de experiência é muito diferente da idéia de uma história do "cotidiano". Hoje em dia, no Brasil, há muitos trabalhos sobre a chamada história do cotidiano ou história das mentalidades, apoiados em uma vertente historiográfica que é fruto dos desdobramentos de certos postulados iniciais da Escola dos Annales. Quando se trabalha com a noção de experiência, no entanto, estamos muito distantes da noção de cotidiano presente nestes textos. Vou utilizar meu livro como exemplo. Iniciei uma pesquisa que estava fundada na bibliografia e nos debates existentes na década de 70. Ao chegar aos arquivos, no entanto, encontrei escravos e escravas agindo de um modo que não era absolutamente contemplado por esta bibliografia. A experiência destes escravos me levou ao debate com esta historiografia. Trata-se de um debate historiográfico e teórico que não prescinde das evidências empíricas. É por isto que não creio que se possa colocar a questão em termos de uma contraposição.

Além do pecado de frouxidão estrutural, há também a acusação de uma perspectiva muito documentalista e empiricista. Gostaria de lembrar de uma resposta interessante, dada pelo próprio Thompson, a respeito da acusação de frouxidão estrutural, em um entrevista para a M.A.R.H.O., na qual se refere ao capítulo "Exploração" de A Formação da Classe Operária Inglesa. Ele diz que "não é que eu não esteja preocupado com as estruturas macroeconômicas, ali eu tenho uma discussão em torno "disto". Mas seria interessante pensar que esta

acusação de "neopositivismo" se refere muito mais à preocupação acentuada com a pesquisa empírica propriamente dita. Laura de Melo e Souza disse recentemente que "diferentemente de nossos mestres (e ela se referia a Sérgio Buarque de Holanda, Fernando Novais, ao Gorender também), somos uma geração de arquivos; nossa geração é uma geração que tem muito apego ao documento, ao arquivo, à pesquisa empírica propriamente dita". Você acha que esta acusação de "neopositivismo" com que Gorender chega a classificar alguns historiadores tem relação com você?

Em primeiro lugar, acho que há diferenças entre os autores citados: Sérgio Buarque de Holanda e Fernando Novais freqüentaram vários arquivos para realizar seus trabalhos; creio que Jacob Gorender teria dificuldades em se movimentar depois de passar a porta de entrada de um arquivo. Mas este não é um problema em si: outros historiadores também não costumam freqüentar arquivos. Muitas vezes porque a documentação com a qual trabalham se encontra publicada. Vejo de uma forma muito positiva o fato de que esta última geração de historiadores seja uma geração de arquivo. Mas entrar ou não nos arquivos não resolve a questão. O problema está na relação mesma que o historiador mantém com a documentação, com as evidências que achamos nos arquivos.

É possível realizar uma pesquisa em arquivos e manter uma relação com as evidências de Prova e contra-prova, no interior do esquema geral da "grande teoria" inabalável em sua verdade. Infelizmente, em minha opinião, encontramos muitos exemplos disto entre os historiadores. E é exatamente este tipo de postura que permite a alguns deles construir um trabalho histórico e partir de citações documentais pinçadas em textos de segunda mão: escolhe-se aquilo que lhes interessa para dar "apoio documental" a uma argumentação que está construída "a priori". O problema histórico já se encontra resolvido em termos teóricos e então a pesquisa tem menos importância. Assim, entrar ou não em arquivos não é capaz de solucionar o problema, pois trata-se da natureza do diálogo que é mantido com as evidências e do modo como, a partir delas, se constrói o diálogo com a historiografia.

Quando se entra em um arquivo, é fundamental estar disposto a ouvir coisas diferentes, ter um enorme ponto de interrogação como instrumento de pesquisa e não uma certeza a ser defendida de qualquer maneira. É exatamente a ausência deste procedimento - que considero básico para o trabalho do historiador - que

falta aos que acusam alguns trabalhos recentes de empirismo descritivo. Para estes acusadores o empirismo e o neopositivismo são equivalentes pois não conseguem ver nem entender a natureza deste diálogo com as evidências ou perceber suas implicações teóricas. Lembro aqui a crítica de Gorender ao livro de Thompson sobre a Lei Negra. Senhores e Caçadores. Para ele, Thompson está trabalhando com a lei, com a superestrutura, sendo taxado de culturalista, portanto. Ora, este é um livro árduo, de uma leitura difícil: Thompson trabalha o tempo todo com inúmeras evidências e somente ao final do livro a crítica se torna explícita. Depois de atravessar uma densa floresta de evidências documentais é possível demonstrar como a elaboração da lei e a própria lei constituem uma arena da luta de classes e não um mero "reflexo" superestrutural. Mas Gorender não entende isto; ele simplesmente traduz o trabalho de Thompson para sua linguagem conceitual: Thompson trabalha a lei, e lei é parte da superestrutura, portanto é culturalista.

Por isto, não se trata simplesmente da presença nos arquivos. Talvez até possa concordar com um certo empiricismo em alguns trabalhos, mas a questão fundamental é a da relação com as fontes, da existência ou não do duplo diálogo a que me referi.

Vou colocar uma questão de natureza política, mas quase pessoal. Há, neste debate, algo que me intriga. Li o livro O Escravidão Colonial há muitos anos atrás; depois a historiografia foi se renovando, apareceram novas pesquisas - toda esta legião que o próprio Gorender arrolou como inimigos de classe. Recentemente, volto a ouvir falar de Jacob Gorender, a propósito do livro A Escravidão Reabilitada. Há alguns meses atrás ouvi uma palestra de Sidney Chalhoub sobre este assunto em Belo Horizonte e hoje escuto sua fala sobre o mesmo assunto.

O que me pergunto é o seguinte: estes trabalhos, apresentados por Gorender desta maneira, são os que, contemporaneamente, mais exercem influência na pesquisa e no ensino. Posso estar afastado desta área há muito tempo, mas acho que estes trabalhos são atualmente dominantes na paisagem intelectual universitária sobre a escravidão. Assim, neste debate, Gorender não seria o maior beneficiado? Ou seja, o vigor da resposta que você, Sidney e outros fazem, em termos polêmicos, não é mais interessante para ele do que para vocês? Em outras palavras, como dizem os gauleses, será que vocês não estão atirando

em uma ambulância? Mesmo porque o novo sempre vem, como diz o Belchior, e então, um dia, vocês serão contestados. Espero que esta contestação chegue de onde vocês imaginam, quer dizer, feita a partir da prática da pesquisa em arquivo, do debate sobre diferentes pontos de vista na análise, etc. Talvez esteja ainda um pouco cedo para surgir este tipo de contestação, mas com certeza ela vai chegar, porque a única coisa certa é que o novo virá.

Mas não vejo a relevância deste tipo de contestação que é apresentada contra vocês por Gorender. Tenho a impressão de um sujeito que está passeando naquelas praças da Europa Oriental, tentando segurar as estátuas que estão caindo. Gostaria que você falasse sobre a relevância, digamos assim, políticas dos debates.

Talvez você peque por uma certa proximidade afetiva para com Sidney Chalhoub e para comigo. Não creio que estes trabalhos - de Sidney Chalhoub, João Reis, Célia Azevedo (mais próximos do ponto de vista teórico) ou os de Eduardo Silva, Kátia Mattoso e de outros, que têm pequenas diferenças teóricas - sejam dominantes na historiografia, nem em termos acadêmicos, nem em termos políticos mais gerais.

Em termos acadêmicos, as teses centrais da Escola de São Paulo ainda se mantêm de pé: na maior parte dos cursos de História é frequente se trabalhar com a idéia clássica formulada por Marx em algumas passagens específicas de *O Capital* e retomada por Eric Williams, de que o capitalismo precisou da escravidão para se desenvolver mas, depois de desenvolvido, acabou com a escravidão. Esta é uma tese marcante que está na base de toda a análise sobre a abolição da escravidão empreendida pela Escola de São Paulo, por exemplo. O trabalho de Seymour Drescher, por exemplo, que questiona cabalmente esta tese, com as mesmas evidências empíricas utilizadas por Eric Williams, demonstra que nas colônias inglesas o tráfico foi abolido no momento de máxima produtividade das fazendas escravistas, quando apresentava maior volume, enormes lucros e grandes interesses em jogo. Ele inverte completamente o argumento de Eric Williams e o título de seu livro - *Econocídio* - já dá para se ter uma idéia do alcance deste trabalho. Ora, este livro aparece mencionado pela historiografia brasileira apenas de passagem, como por exemplo na crítica feita por Ciro Cardoso às teses da Escola de São Paulo. A tese de Williams permanece viva, não só em

termos da história da escravidão como em termos mais gerais, da história do Brasil e da história moderna.

Além disso, as teses da Escola de São Paulo e os vários posicionamentos, em diferentes direções, que se constituíram a partir dela estão presentes no movimento negro. Já tive oportunidade, em uma reunião com militantes do movimento negro, de reler as páginas dos livros de Florestan Fernandes e Roger Bastide que se referem à promiscuidade generalizada das senzalas, a questões relativas à mulher negra, etc. O susto foi enorme: como é possível que autores que constituem a base da denúncia do racismo empreendida pelo movimento negro possam ter escrito aquelas páginas? Creio que este é um tema importante para ser pensado.

Por isto mesmo, as propostas presentes em vários destes trabalhos recentes não são de forma alguma dominantes. Mais que isto, as posições básicas de Gorender, por exemplo, são referências básicas para muitos trabalhos que estão sendo feitos hoje em dia. Não tenho uma preocupação especial com Gorender em si mesmo; trata-se de um respeitável militante das esquerdas neste país. Por isto mesmo, é natural que seu texto seja virulento, incisivo, que pouca gente acabe escapando de sua crítica. O que me preocupa é a repercussão de seu trabalho e suas implicações políticas em termos da produção historiográfica. É exatamente por isto que considero o debate necessário. Não apenas porque o debate é necessário para a produção historiográfica, como também porque o debate político não é exterior ao próprio trabalho do historiador - esta também é uma arena das lutas sociais. É preciso também que o debate se faça através de evidências empíricas. Tenho certeza de que, daqui a alguns anos, tudo o que está sendo dito hoje poderá mudar. Neste sentido, o exemplo de Christopher Hill é absolutamente fantástico. Sua interpretação da Revolução Inglesa produzida em 1940 é desmontada por ele mesmo 40 anos depois: trata-se de um belíssimo exemplo do modo como trabalha um historiador.

Como você mesma disse, há diversas passagens do livro de Jacob Gorender em que ele ataca os historiadores. Acho que isto revela uma falta de ética profissional e creio que as discussões entre correntes historiográficas e entre os historiadores estão tendendo para o lado pessoal. Gostaria de saber o que você pensa a este respeito.

O tom da linguagem de Gorender não é o da falta de ética, mas sim o tom do debate militante. Este é o tom dos debates políticos entre militantes, sobretudo de uma certa tradição de militância. Por isto mesmo, prefiro trabalhar com os argumentos dele e não com a linguagem utilizada por ele. Não me importo de ser chamada de reacionária - uma escravista deslocada no tempo - por Gorender; com isto ele simplesmente desloca o problema. E este deslocamento é a questão fundamental: é disto que devemos tratar. Deslocar o problema desta maneira significa negar a possibilidade de discutir as diferenças, de empreender um debate no interior da esquerda. Se Gorender não me reconhece como parte da esquerda tudo fica mais simples: trata-se de uma luta até a vitória final, de derrotar um inimigo de classe. Em termos do mundo acadêmico em que vivemos, talvez cause um pouco de espanto o tom da crítica formulada por Gorender - por ser um tom altamente militante - e também o tom da resposta. Falas incisivas ou politizadas causam, em geral, um certo constrangimento em platéias acadêmicas. Não temos a prática deste tipo de debate. Mas acredito que eles são essenciais para o trabalho dos historiadores, pelo menos da maneira como concebo o trabalho dos historiadores. Este tipo de debate é muito pouco frequente em nossas universidades, mas é bastante presente em vários outros círculos acadêmicos por este mundo afora. Não se trata, de modo algum, de uma questão pessoal.

Como você vê a presença de seu trabalho no livro de Gorender? Qual o papel desempenhado por novos temas na historiografia sobre a escravidão? Ou isto seria apenas uma viagem interessante, como alguém já disse aqui?

Bem, meu trabalho está citado no livro de Gorender, em alguns capítulos específicos, aparece em várias notas de pé de página. Por outro lado, aparece também em outras partes do texto, quando Gorender se utiliza de alguns de meus argumentos sem citar as fontes. Oralmente é um tanto cansativo demonstrar este tipo de apropriação: é preciso comparar cuidadosamente passagens de texto, evidenciar os deslocamentos, etc.

Quanto à idéia de fazer uma "viagem" aos Campos dos Goitacazes, um convite que faço ao leitor de meu livro, trata-se de certo modo de um artifício de linguagem. O livro está estruturado em duas partes: na primeira discuto a questão do castigo físico exemplar e do papel desempenhado por um certo tipo de castigo na dominação dos senhores sobre os escravos: na segunda vou, literalmente, aos Campos dos Goitacazes, tentando apreender diferentes aspectos das experiências de senhores e escravos - no comércio de escravos e nas situações de compra e venda de escravos, nas situações de trabalho, de fuga, etc. De certo modo, são os temas clássicos da historiografia sobre a escravidão. Talvez o que espante tanto seja o fato de que estes temas vão sendo desconstruídos a partir de evidências documentais e sobretudo a partir da inserção da ótica escrava em relação a estes aspectos da escravidão. A documentação indica, por exemplo, a participação do escravo em seu próprio comércio: a compra e venda de um escravo não envolve apenas os senhores mas também o escravo que está sendo comercializado, pois trata-se de um comércio de homens e mulheres. Este é um dos elementos que me leva ao questionamento da tese da "coisificação" do escravo, por exemplo.

Com relação aos novos temas, acho que quanto mais temas, melhor. Mas não acredito que a questão da renovação historiográfica passe por uma diversificação de temas, mas sim por um modo de trabalhar. Até mesmo a maneira de nomear os temas é objeto de debates: trata-se de estudar as mulheres, ou estudar os gêneros, por exemplo? Estas são questões que atravessam toda a história social, com debates muitas vezes semelhantes ao existente hoje sobre a escravidão no Brasil.

Antes de fazer minha pergunta, gostaria de fazer um pequeno relato. Como bisneta de um escravo e estudiosa da raça negra também, acho que a escravidão, no Brasil, continua mais marcante do que nunca. Temos o extermínio de crianças negras, as mulheres negras são esterilizadas. quando a polícia entra em um ônibus a procura de um ladrão, se houver um negro sentado ele será o primeiro a ser revistado; as cadeias estão lotadas de pessoas negras. Nós, da raça negra, sabemos muito bem que o Brasil é um país racista. Apesar deste país dever muito ao negro, ainda somos considerados marginais, minorias, tanto na área política quanto social. Não temos liberdade para entrar em certos lugares; ainda há lugares proibidos para o negro no Brasil. Infelizmente 90% dos historiadores brasileiros são brancos; os negros têm muito a dizer, mas não são aceitos. Dizem que a Princesa Isabel aboliu a escravidão, mas será que o 13 de maio é nosso dia

realmente? Venho de Ouro Preto, uma cidade onde o negro sofreu muito para construir aquelas igrejas e monumentos mas, recentemente, no 13 de maio de 1988, quando quisemos realizar uma passeata em Ouro Preto fomos reprimidos. É por isto que digo que o racismo ainda existe no Brasil. Por isto eu lhe pergunto: por que o negro ainda é minoria nas universidades? Por que o negro ainda é minoria na sociedade brasileira?

De maneira simples, curta e direta, o negro não está nas universidades ou está nos trabalhos pior remunerados porque este é um país racista. Isto me parece absolutamente claro e a luta do movimento negro, a denúncia do racismo são extremamente importantes. Há um significado político enorme, de denúncia, quando o movimento negro afirma que a data do movimento não é o 13 de maio mas o 20 de novembro, opondo a concessão da Princesa à morte de Zumbi. Em termos de uma denúncia política posso até concordar com você sobre a continuidade da escravidão no Brasil e o mesmo poderia ser dito com relação à violência. A maior parte dos assalariados ganha tão pouco e são negros na maioria - são escravos do capital, de certo modo.

Contudo, historicamente falando, esta escravidão é bem diferente daquela do século XVIII, assim como esta última é diferente da do século XIX. Considero importante que o movimento negro discuta a força das formulações racistas do final do século XIX - e estou me referindo aqui a uma certa ideologia específica, que hierarquiza os homens e as sociedades com bases biológicas pretensamente científicas. Mas isto não quer dizer que o racismo tenha existido sempre. As formulações racistas da segunda metade do século XIX estão presentes na argumentação de vários grupos políticos deste período, inclusive naqueles que defendiam o final da escravidão e a importação de trabalhadores imigrantes. Estas concepções foram tão fortes neste período que acabaram influenciando até o próprio modo com que a historiografia entende a escravidão. É por isso que enxergar os escravos como sujeitos históricos é algo difícil hoje em dia. É por isso que discutir estas questões, discutir concepções que nos pareçam absolutamente naturais e inquestionáveis é algo importante a ser feito - e acredito que isto contribua para a luta contra o racismo no Brasil.

Dou um exemplo. Quando o movimento negro hoje em dia fala de suas raízes africanas, valorizando estas raízes na maneira de vestir, por exemplo, está utilizando um instrumento de grande força política. Mas, em geral, trata-se da valorização da cultura iorubá, que é predominante na Bahia. Na região centro-sul, a partir do século XIX, a cultura escrava era predominantemente banto, não

iorubá. Entendo que em função da denúncia política se possa lançar mão de certas simplificações, mas acredito que seja importante recuperar as especificidades, as diferenças, os contrastes, sobretudo quando se trata de fazer história. Caso contrário estaremos homogeneizando tudo. E podemos tirar lições destas historicidades, aprender com os escravos como eles lutavam contra a dominação em uma situação extrema como a da escravidão. Isto pode tornar a luta contra o racismo neste país mais forte, podemos fazer com que a luta contra o racismo não seja somente uma luta dos negros mas de todas as pessoas. Independentemente da cor da pele.

Fiquei com a impressão de que, em sua opinião, o trabalho historiográfico que não recorre aos arquivos fica desmerecido. Qual a relação entre fontes primárias e secundárias? As duas não seriam necessárias para o trabalho do historiador? Em segundo lugar, gostaria que você retomasse algumas questões colocadas por Sidney Chalhoub com relação ao debate ocorrido em 1988 sobre os significados do 13 de maio para os escravos. Se em 1988 houve todo um debate sobre comemorar o 13 de maio ou o 20 de novembro, isto quer dizer que nada mudou?

Há diferentes formas de se conceber o trabalho historiográfico. Há historiadores que trabalham apenas com textos publicados, há outros cujo trabalho é analisar a produção historiográfica. Estou simplesmente dizendo que eu não consigo fazer crítica historiográfica sem discutir a documentação, ao mesmo tempo. Não sei fazer história sem ir aos arquivos, sem o diálogo com as evidências: sem isto, para mim não há produção do conhecimento histórico, não há teoria histórica, conceitos históricos. Esta é uma concepção de história; há várias outras. A qualidade dos trabalhos em história não é medida pela concepção de história de seus autores, mas pelos resultados que eles apresentam, em vários níveis. Exatamente por isto devemos ler todos os textos sobre um determinado assunto que nos propomos a estudar. Não podemos fazer uma classificação "a priori" e ler apenas os autores deste ou daquele grupo. Muitas vezes podemos encontrar em certos textos qualidades que o debate historiográfico apagou ou esqueceu. Eu gosto de ir aos arquivos e acredito que esta é uma maneira produtiva e conseqüente de fazer história. O que não quer dizer que não existam excelentes textos de história feitos de outra maneira.

Quanto a sua segunda pergunta, não sei se posso responder pelo Sidney. Mas o que ele afirma é que houve escravos que comemoraram a libertação em 13 de maio de 1988. Isto não quer dizer simplesmente que estes escravos estavam enganados em relação ao significado da abolição promulgada pela Princesinha. O que ele propõe é que se discuta o processo histórico que levou à lei de 13 de maio e que se inclua neste processo os diferentes significados de liberdade para os escravos naquela época. Retomar a complexidade deste processo histórico, perceber estes outros significados das liberdade não quer dizer que nada tenha mudado.

Há tradições de luta que precisam ser recuperadas. A luta dos escravos pela liberdade tinha um profundo sentido de luta pela terra. Hoje no Brasil, há uma série enorme de lutas pela terra: basta abrir um jornal para ver quantos líderes dos sem terra, camponeses, que são assassinados; nas cidades temos as lutas dos sem teto, etc. A luta pela terra foi algo extremamente importante nas lutas escravas do século XIX. Reid Andrews, por exemplo, ao analisar o momento da abolição em São Paulo aponta para o fato de que os cafeicultores preferiam contratar imigrantes porque estes impunham menos condições para trabalhar que os antigos escravos. A afirmação da liberdade para os ex-escravos passava por não deixar que suas mulheres e filhos fizesse parte do contrato de trabalho, por exemplo - algo que não aparecia quando o contrato era feito com imigrantes. Estas questões podem levar a uma outra leitura do processo da abolição. Estas tradições de lutas dos escravos precisam ser retomadas, e estão presentes em muitos dos movimentos sociais de hoje.

Infelizmente temos o mau hábito de separar a história do trabalho no Brasil da história da escravidão. Mas o escravo foi o primeiro trabalhador neste país: a história dos trabalhadores no Brasil começa com a história da escravidão, com a escravização dos africanos e sua transformação em trabalhadores escravos. Retomar estas tradições de luta é algo importante não apenas em termos da história como também da política. Talvez isto não apenas contribua para as lutas dos movimentos sociais de hoje mas possa fazer com que, aprendendo a ouvir estas tradições, a esquerda neste país também mude.